

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL  
CODAM BLUMENAU

Avenida Brasil, n° 271 – 2° andar – Ponta Aguda  
89.050-000 - Blumenau – SC  
Fone: (47) 3340-1977 Fax: (47) 3340-2367  
blumenau@fatma.sc.gov.br



**LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO - LAI N°017/09- CODAM/BLU**

A *Fundação do Meio Ambiente – FATMA*, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º. e inciso III do artigo 14, da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, concede a presente *Licença Ambiental de Instalação* a

Nome: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ**

Endereço: **Rua Alberto Werner, N.º 100 - Vila Operária**

Município: **Itajaí / SC**

CNPJ / CPF: **83.102.277/0001-52**

**Para Atividade de**

Sistema Viário (Via Expressa Portuária).  
(Item: 33.12.00)

**Localizada em**

Acesso à BR 101 à Rua Curt Hering.  
Município de Itajaí / SC

**Com as Seguintes Restrições**

“AS CONTIDAS NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL EM VIGOR”.

“ESTA LICENÇA NÃO AUTORIZA O CORTE OU SUPRESSÃO DE ÁRVORES, FLORESTAS OU QUALQUER FORMA DE VEGETAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA”.


Esta LAI é válida pelo período de 12(doze) meses a contar da presente data, conforme Processo de Licenciamento FATMA N° DIV 592/CVI, observadas as condições deste documento, (verso e anverso), bem como de seus anexos que, embora não transcritos, são parte integrante do mesmo.

Local e Data:

Blumenau,

24 JUN. 2009

ATE 24 JUN. 2010

  
**Júlio Cesar Coelho**  
Gerente de Desenvolvimento Ambiental de Blumenau –  
CODAM/FATMA



**Condições de Validade desta Licença Ambiental de Instalação - LAI**

1. Execução dos serviços de abertura do sistema viário destinados aos serviços públicos de transporte, referente a 1ª etapa do trecho de acesso da BR 101 até a Rua Curt Hering, onde a obra contempla a extensão de 3.900 metros, com um elevado de 400 metros, sobre a Avenida Reinaldo Schmithausen e o Rio Itajaí-Mirim.
2. Quaisquer alterações das informações ora apresentadas, complementações nas especificações dos elementos a serem apresentados no PGA, deverá ser precedido de anuência da FATMA, com prévia antecedência a sua implantação.
3. A FATMA mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
  - Violação, inadequação ou não cumprimento de quaisquer condicionantes, exigências ou normas legais;
  - Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente Licença;
  - Superveniência de riscos ambientais ou de saúde pública.
4. **Controles Ambientais:**
  - 4.1- Controle de erosão nas plataformas, nos taludes de corte e de aterro, nas caixas de empréstimo e nos bota-foras, que deverão contemplar:
    - Banqueteamento e suavização dos mesmos;
    - Implantação de canaletas de proteção nos pés dos taludes e dos cortes de aterro;
    - Bacias de amortecimento (dispositivos de contenção das águas lançadas pelos boeiros nas bocas de lobo, diminuindo sua ação erosiva);
    - Revegetação de todas superfícies suscetíveis de processos erosivos;
    - Implantação de dispositivos de captação, drenagem e condução dos fluxos aquosos superficiais para as micro-bacias de captação;
    - Os bota-foras deverão estar posicionados distantes de cursos de água, de acordo com a legislação vigente, evitando locais com declividade acentuada e com cobertura vegetal;
    - Inserção adequada da INTERSEÇÃO na paisagem circundante, restabelecendo o equilíbrio ambiental.
  - 4.2- **Da Preservação:** Quaisquer áreas definidas por lei como de preservação existentes na área do traçado da obra deverão ser preservadas;
  - 4.3- **Da Drenagem:** A declividade da área afetada deverá propiciar o não material particulado para fora da área objeto da atividade através do escoamento superficial pluviométrico, bem como a inserção de procedimentos técnicos para retenção do particulado;
  - 4.4- **Do Controle do modelado:** A terraplanagem deverá ser desenvolvida visando sua adequação ao modelado atual do Terreno com aos taludes e bermas geotecnica e estáveis;
  - 4.5- **Da Reabilitação:** Deverá ser sequencial e incluir aos acessos, taludes quaisquer outras áreas afetadas pela atividade, com reposição de vegetação, preferencialmente com espécies nativas.
5. Condicionantes Específicas (antes do início das obras):
  - 5.1. O processo indenizatório é de competência e responsabilidade da Prefeitura Municipal de Itajaí.
  - 5.2. A Autorização de Corte de Vegetação e o destino será efetuado pela FAMAI.
  - 5.3. Apresentar após o processo licitatório:
    - 5.3.1 - A ART do responsável técnico pela execução e acompanhamento das obras.
    - 5.3.2 - Localização e projetos do canteiro de obras, previamente aprovado pela fiscalização Municipal e atender as normas de higiene e segurança do trabalho.
    - 5.3.3 - A empresa contratada deverá dotar seus funcionários de EPIs, dispositivos de segurança, sinalização diurna e noturna nos níveis exigidos pela Legislação pertinente.
    - 5.3.4 - Apresentar e manter um PGA (Programa de Gestão Ambiental), em todo período desde o início, da execução e conclusão da obra, que deverá tomar como diretriz os Estudos, Planos e Programas de Supervisão Ambiental apresentados, pela Prefeitura Municipal de Itajaí.
    - 5.3.5 - Apresentar relatórios trimestrais relativos ao desenvolvimento das obras, incluindo registros fotográficos, constantes no item 1.5.3.4, acima mencionado.
- 6 - É de inteira responsabilidade do Poder Público Municipal, a apresentação do PGA, o acompanhamento, a execução e a fiscalização dos serviços e das informações objeto deste Licenciamento Ambiental de Instalação - LAI.
- 7 - O requerente deverá solicitar a **Licença Ambiental de Operação - LAO**, antes de findar o prazo de validade desta Licença Ambiental.
8. Observar as Condições Gerais abaixo relacionadas.

**OBS.: A cópia da referida Licença Ambiental, deverá ser exposta em local visível do estabelecimento.**

**Condições Gerais**

- |      |   |
|------|---|
| I-   | A presente Licença está sendo concebida com base nas informações constantes do Memorial do Manual de Licenciamento Ambiental, apresentado pelo interessado, e não dispensa e nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.  |
| II-  | Deverá ser requerida a Licença Ambiental de Operação, antes do início previsto para o funcionamento, que não será concedida caso não tenham sido atendidas as restrições e as condições de validade constantes desta Licença.   |
| III- | Caso venham a ser constatadas outras fontes de degradação ambiental, por ocasião da vistoria para fins de concessão da Licença Ambiental de Operação, as mesmas deverão ser controladas de acordo com o disposto no Decreto N.º 14.250, de 07/06/81 e demais normas técnicas operacionais dele decorrentes, sob pena da não concessão da Licença Ambiental de Operação. |
| IV-  | A atividade não poderá iniciar o funcionamento sem Licença Ambiental de Operação, sob pena de multa e interdição ou embargo.  |